



Prefeitura Municipal de Pariconha

CNPJ 35.634.435.0001/72

Lei nº. 126/2007.

DISPÕE SOBRE A NOVA ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARICONHA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Pariconha, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

CAPITULO I DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º - Em conformidade com o disposto na Constituição Federal assim como às Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90, fica instituído o Conselho Municipal de Saúde do Município de Pariconha, órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Saúde, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive dos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPITULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde tem funções deliberativas, normativas, avaliativas e fiscalizadoras, objetivando o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal.

CAPITULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Ao Conselho Municipal de Saúde, compete.

I - Implementar a mobilização e articulação contínua da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social de Saúde;

II - Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - Discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV – Atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluído os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V – Definir diretrizes para elaboração do plano de saúde e sobre ele deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI – Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados como os de seguridade, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, crianças e adolescente e outros;

VII – Proceder à revisão periódica do plano de saúde;

VIII – Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área de Saúde;

IX – Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

X – Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;

XI – Avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes do plano Municipal de Saúde;

XII – Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (artigo 195, 2º da Constituição Federal), observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes (artigo 36 da Lei nº 8.080/90);

XIII – Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;

XIV – Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõem o artigo 30, VII, da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº 29/2000 e outras que venham a surgir;



XV – Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhadas do devido assessoramento;

XVI – Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

XVII – Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;

XVIII – Estabelecer critérios para a determinação de prioridade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências e conferências de saúde;

XIX – Estimular articulação e intercambio entre os Conselhos de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da Saúde;

XX – Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXI – Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões.

XXII – Constarão do conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização dos SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a legislação do SUS, sua política de saúde, orçamento e financiamento;

XXIII – Apoiar e promover a educação para o controle social;

XXIV – Aprovar, encaminhar e avaliar a política para os Recursos Humanos do SUS;

XXV – Acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos conselhos de saúde;

XXVI – Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

CAPITULO IV DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde, tem a seguinte constituição:



- a) 50% dos segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;
- b) 50% representantes do governo municipal e trabalhadores de saúde.

Parágrafo Único: A representação dos usuários é paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Saúde terá uma mesa diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde – SUS do Município, eleita na forma do art. 7º desta Lei.

CAPITULO V DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º. O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

- 06 - representantes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde;
- 06 – representantes do governo municipal e trabalhadores de Saúde.

I – as representações do Conselho Municipal de Saúde serão definidas em plenária do Conselho e/ ou na Conferencia Municipal de Saúde e será realizada de forma direta, junto aos representantes dos segmentos organizados que representam;

II – cada segmento representado no conselho terá um suplente, eleito pelo segmento que o representa;

III – O secretario Municipal de Saúde é membro nato do Conselho;

IV – Os segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde serão escolhidos para representar a sociedade, no aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 7º A Mesa Diretora, referida no artigo 5º desta Lei, será eleita diretamente pela plenária do Conselho e terá a seguinte composição:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos entre os membros do Conselho de Saúde, em reunião plenária com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais uma gestão consecutiva;

§ 2º - O Secretario será eleito entre os membros do Conselho de Saúde, em reunião com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais uma gestão consecutiva.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Saúde terá uma secretaria Executiva, diretamente subordinada ao Conselho que tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-



administrativo ao Conselho, as Comissões e aos Grupos de Trabalho fornecendo as condições para o cumprimento.

Parágrafo Único – A Secretaria Executiva é subordinada ao plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão.

Art. 9º O Conselho Municipal de Saúde, reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere aos seus membros:

- I- Serão eleitos pelos seus respectivos segmentos e nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante portaria;
- II- Os Conselheiros titulares terão seu mandato extinto, caso falem, sem previa justificção, a 03 (três) reuniões consecutiva ou 6 (seis) intercaladas, num período de 12 (doze) meses ou mantiver conduta incompatível com a função de conselheiro, não agindo de forma ética;
- III- A substituição dos Conselheiros titulares ou suplentes, que entendido necessário pela instituição ou entidade representada, bem como não atenda inciso II, deste artigo, também se processará democraticamente pelos respectivos segmentos devendo ser encaminhado ao Conselho Municipal através de correspondência específica;
- IV- Terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido após eleição ou indicação a critério de suas respectivas entidades, para mais uma gestão consecutiva;
- V- Cada entidade participante terá um suplente, conforme disposto no inciso II do Art. 6º desta Lei.

Parágrafo Único. A função do conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde.

Art. 10º. Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidade, mediante os seguintes critérios:

I – consideram-se colaboradores do Conselho Municipal, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;

II – poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho, em assuntos específicos;

III – poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres, a respeito de tema específicos;



CAPITULO VI DO FUNCIONAMENTO E CONVOCACÃO

Art. 11. O Conselho Municipal de Saúde funcionara segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:

- I – o órgão de deliberação máxima será a plenária do Conselho;
- II – a plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros;
- III – cada membros do Conselho terá direito a um único voto, na Plenária do Conselho;
- IV – O Plenário do Conselho será instalado com a presença da maioria simples dos membros (50% + 1);
- V – A plenária do Conselho que se reunirá, no mínimo a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, funcionara baseado em seu regimento interno, que devera ser elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde;
- VI – as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação e outros atos deliberativos devendo ser aprovadas mediante quorum mínimo da metade mais um de seus integrantes;
- VII – O Presidente do Conselho poderá deliberar *ad deferendum* da plenária do Conselho em casos de urgência, devendo encaminhar essas deliberações ao plenário do Conselho na reunião seguinte, para serem aprovadas e homologadas;
- VIII – As reuniões Plenárias são abertas ao público com direito a voz, mediante autorização da Mesa Diretora ou do Plenário.

Art. 12. O Conselho Municipal de Saúde convocara a cada dois anos, uma Conferencia Municipal de Saúde, para avaliar a Política Municipal de Saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e efetuar substituição das entidades no Conselho Municipal de Saúde.

CAPITULO VII DAS DIRETRIZES BÁSICAS DA ATUACÃO

Art. 13. O Conselho Municipal de Saúde observara no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias:

- a) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas, que visam à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de



- outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;
- b) Respeito aos preceitos constitucionais sobre a seguridade social e sua componente saúde, Previdência e Assistência Social como um social de cidadania;
 - c) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo, um sistema único organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – Atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais com destaque para o atendimento de urgência;

III – Participação da comunidade.

Art. 14. O Conselho Municipal de Saúde promovera, como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulado a participação comunitária visando, prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Lei Municipal nº 09/94 de 04 de março de 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA, 19 DE MARÇO DE 2007.

MOACIR VIEIRA DA SILVA
PREFEITO

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DESTA PREFEITURA, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2007 (DOIS MIL E SETE).

MARIA DAS GRAÇAS ROLIM GREGÓRIO
SECRETÁRIA MUN. DE ADM. E FINANÇAS